



Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo

**ORDEM DO DIA  
PARA A 61ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA  
EM 09 DE DEZEMBRO DE 2020**

PROPOSIÇÕES EM REGIME DE URGÊNCIA

1 - Votação - Projeto de lei nº 346, de 2019, de autoria do deputado Altair Moraes. Estabelece o sexo biológico como o único critério para definição do gênero de competidores em partidas esportivas oficiais no Estado. Com emenda. Parecer nº 785, de 2019, da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, favorável ao projeto e à emenda. Parecer nº 1443, de 2019, da Reunião Conjunta das Comissões de Assuntos Desportivos, de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, da Cidadania, da Participação e das Questões Sociais e de Finanças, Orçamento e Planejamento, favorável ao projeto e à emenda. Emenda nº 2 apresentada nos termos do inciso II do artigo 175 do Regimento Interno. Parecer nº 1457, de 2019, da Reunião Conjunta das Comissões de Constituição, Justiça e Redação, de Assuntos Desportivos, de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, da Cidadania, da Participação e das Questões Sociais e de Finanças, Orçamento e Planejamento, contrário à emenda nº 2. Com requerimento de método de votação em fase de votação adiada.

2 - Votação - Projeto de lei nº 369, de 2019, de autoria dos deputados Bruno Ganem e Maria Lúcia Amary. Proíbe a fabricação, comercialização, armazenamento, transporte, manuseio, utilização, queima e soltura de fogos de artifício de estampido no Estado. Parecer nº 299, de 2020, da Reunião Conjunta das Comissões de Constituição, Justiça e Redação, de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e de Finanças, Orçamento e Planejamento, favorável com substitutivo e contrário aos Projetos de lei nºs 420 e 624, de 2019, e 18, de 2020. (Em anexo os Projetos de lei nºs 420 e 624, de 2019, e 18, de 2020).

3 - Votação - Projeto de lei nº 976, de 2019, de autoria do deputado Gil Diniz. Declara José de Anchieta "Patrono da Educação" do Estado. Parecer nº 1566, de 2019, da Reunião Conjunta das Comissões de Constituição, Justiça e Redação e de Educação e Cultura, favorável. Substitutivo apresentado nos termos do inciso II do artigo 175 do Regimento Interno. Parecer nº 18, de 2020,

da Reunião Conjunta das Comissões de Constituição, Justiça e Redação e de Educação e Cultura, contrário ao substitutivo. Com requerimento de método de votação em fase de votação adiada.

4 - Discussão e votação adiada - Projeto de lei nº 1027, de 2019, de autoria da deputada Marina Helou. Institui a Política Estadual pela Primeira Infância de São Paulo. Com emenda. Pareceres nºs 1490 e 1588, de 2019, e 208, de 2020, respectivamente, das Comissões de Constituição, Justiça e Redação, de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, da Cidadania, da Participação e das Questões Sociais e de Finanças, Orçamento e Planejamento, favoráveis ao projeto e à emenda. Emenda nº 2 apresentada nos termos do inciso II do artigo 175 do Regimento Interno. Parecer nº 227, de 2020, da Reunião Conjunta das Comissões de Constituição, Justiça e Redação, de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, da Cidadania, da Participação e das Questões Sociais e de Finanças, Orçamento e Planejamento, favorável à emenda nº 2 com subemenda.

5 - Discussão e votação prévia - Projeto de lei Complementar nº 36, de 2019, de autoria dos deputados Adriana Borgo e Marcio Nakashima. Altera a redação do artigo 1º, § 3º, da Lei Complementar nº 898, de 13 de julho de 2001, que institui no Quadro da Secretaria da Administração Penitenciária a classe de Agente de Escolta e Vigilância Penitenciária, e dá providências correlatas. Parecer nº 769, de 2019, da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, contrário.

6 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 657, de 2007, de autoria do deputado Reinaldo Alguz. Determina que os hospitais estaduais implantem programa de informação e orientação à gestante sobre efeitos e métodos utilizados no aborto, na hipótese de autorização legal. Pareceres nºs 3378, 3379 e 3380, de 2008, respectivamente, da Comissão de Constituição e Justiça, e de relatores especiais pelas Comissões de Saúde e Higiene e de Finanças e Orçamento, favoráveis.

7 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 673, de 2017, de autoria do deputado Luiz Fernando T. Ferreira. Proíbe o licenciamento, a instalação e a construção de empreendimentos que produzam gases ou elementos químicos formadores de chuva ácida em áreas localizadas até 20 km de unidades de conservação no Bioma Mata Atlântica. Pareceres nºs 886 e 1958, de 2017, e 649, de 2018, respectivamente, das Comissões de Constituição, Justiça e Redação, de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e de Finanças, Orçamento e Planejamento, favoráveis.

8 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 196, de 2018, de autoria da deputada Maria Lúcia Amary. Torna obrigatória a identificação e instalação de iluminação nas passarelas, faixas de pedestres e lombotravessias em rodovias, estradas e vicinais. Pareceres nºs 492 e 1430, de 2018, e 437, de 2019, respectivamente, das Comissões de Constituição, Justiça e Redação, de Transportes e Comunicações e de Finanças, Orçamento e Planejamento, favoráveis.

9 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 708, de 2019, de autoria do deputado Emidio de Souza. Centraliza na Corregedoria da Polícia Militar todos os Inquéritos Policiais Militares - IPMs relacionados a mortes em decorrência de intervenção policial. Parecer nº 451, de 2020, da Reunião Conjunta das Comissões de Constituição, Justiça e Redação, de Segurança Pública e Assuntos Penitenciários e de Finanças, Orçamento e Planejamento, favorável.

10 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 931, de 2019, de autoria do deputado Aprígio e outros. Proíbe a cobrança de tarifa de esgoto pelas companhias de saneamento básico do Estado quando não houver a devida comprovação da efetiva prestação completa de captação e tratamento de esgoto. Pareceres nºs 190 e 317, de 2020, respectivamente, da Comissão de Constituição, Justiça e Redação e da Reunião Conjunta das Comissões de Infraestrutura e de Finanças, Orçamento e Planejamento, favoráveis.